

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Aquisição de serviços de consultoria na área da Proteção Civil



INDICE

PARTE I Disposições gerais

SECÇÃO I Disposições gerais

Cláusula 1.ª- Caderno de encargos

Cláusula 2.ª- Objeto

Cláusula 3.ª- Preço base

SECÇÃO II Contrato

Cláusula 4.ª- Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 5.ª- Prazo de vigência

Cláusula 6.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 7.ª – Gestor de contrato

SECÇÃO III Preço contratual e condições de pagamento

Cláusula 8.ª - Preço contratual

Cláusula 9.ª - Revisão de preços

Cláusula 10.ª – Faturação e condições de pagamento

SECÇÃO IV Obrigações contratuais e incumprimento do contrato

Cláusula 11.ª- Obrigações principais do cocontratante

Cláusula 12.ª- Casos de força maior

Cláusula 13.ª -Penalidades

Secção V Resolução do contrato

Cláusula 14.ª - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 15.ª- Resolução por iniciativa do cocontratante

PARTE II Cláusulas especiais

SECÇÃO I Cláusulas técnicas

Cláusula 16.^a- Descrição dos serviços

Cláusula 17.^a- Controlo e fiscalização

Parte III Disposições finais

Seção I Disposições finais

Cláusula 18.^a – Confidencialidade e proteção de dados pessoais

Cláusula 19.^a -Comunicações e notificações

Cláusula 20.^a -Contagem dos prazos

Cláusula 21.^a - Foro competente

Cláusula 22.^a - Legislação aplicável

Parte I
DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2ª

Objeto

1. O presente Ajuste Direto, aberto ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), visa a **aquisição de serviços consultoria na área de proteção civil** com as características e condições indicadas nos termos, condições e com as características estipulados no presente Caderno de Encargos.
2. A presente aquisição insere-se na categoria”, constante de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary – CPV) instituído pelo regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de Dezembro de 2003 (retificada pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de Dezembro de 2003), pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, e pelo Regulamento(CE) n.º 596/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 188, de 18 de julho de 2009.

Cláusula 3ª

Preço base

O preço base é de **EUR 28750.00€ (Vinte e oito mil setecentos e cinquenta euros)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado.

SECÇÃO II

Contrato

Cláusula 4ª

Cláusulas por que se rege o contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Na interpretação e execução do contrato devem observar-se, para além de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta do adjudicatário;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta do adjudicatário prestados por este.
3. Em caso de contradição, os documentos identificados no número anterior prevalecem sobre os demais pela ordem em que estão enumerados.
4. Em caso de divergência entre os documentos identificados no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.ª

Prazo de vigência

1. O contrato objeto deste procedimento produz efeitos a partir da data da sua assinatura e publicação no BaseGov, o contrato objeto deste procedimento produz efeitos a partir da data da sua assinatura e publicação no BaseGov e vigora pelo período de 10 (dez) meses.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.

Cláusula 6ª

Subcontratação e cessão de posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7ª

Gestor de contrato

Nos termos do nº. 1 do artigo 290ª-A do CCP o contraente público designou como gestor do contrato Cmdt Leonardo André Martins Pereira com o contato 9120235211 e o endereço de correio eletrónico leonardopereira@cm-santacruz.pt e como gestor suplente Paulo Renato Fernandes Baptista, com o contato 917999949 e endereço de correio eletrónico renatobaptista@cm-santacruz.pt o qual tem como função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

SECÇÃO III

Preço contratual e condições de pagamento

Cláusula 8ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o contraente público pagará ao cocontratante o valor correspondente aos serviços que forem efetivamente prestados, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, considerando os preços unitários que forem adjudicados.
3. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, designadamente os relativos a despesas com a operação, recursos humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.ª

Revisão de preços

Os preços apresentados na proposta do cocontratante vigorarão até ao *terminus* da vigência do contrato, não sendo possível a revisão dos mesmos.

Cláusula 10ª

Faturação e condições de pagamento

1. O cocontratante enviará mensalmente ao contraente público a fatura discriminada referente aos serviços prestados, bem como todos os elementos justificativos do montante a pagar.
2. A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número de compromisso, bem como tem de conter a descrição do objeto (bem) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.
3. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.
4. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior são devidos juros moratórios nos termos da lei.
5. As faturas deverão ser emitidas conforme exigido no artigo 299.º-B do CCP (*faturação eletrónica*), devendo ser enviadas através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI), tendo o contraente público selecionado a empresa YET - Your Electronic Transactions,

Lda., (disponível em <https://yetspace.com/>), para o fornecimento da solução de tratamento de faturas eletrónicas.

6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.
7. Em caso de devolução de fatura nos termos do número anterior, o prazo de pagamento referido no nº 3 desta cláusula será contado a partir da data de receção da fatura onde conste o número da respetiva nota de encomenda.

SECÇÃO IV

Obrigações contratuais e incumprimento do contrato

Cláusula 11ª

Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o cocontratante, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, a obrigação principal de prestar os serviços de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente:
 - a) A submeter, por escrito, à consideração do contraente público, as dúvidas que lhe assistam relativamente aos serviços a prestar;
 - b) A manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito ao contraente público;
 - c) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

- d) A comunicar antecipadamente ao contraente público os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - e) A não alterar as condições da prestação dos serviços contratados;
 - f) A comunicar ao contraente público a nomeação do gestor de contrato responsável por todas as comunicações, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
 - g) A garantir que durante a vigência do contrato não se venha a verificar qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
 - h) A recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Por força do disposto no nº 2 do artigo 451º, o cocontratante deve cumprir com o exigido no artigo 419º-A, ambos do CCP.

Cláusula 12ª

Casos de força maior

- 1. Não podem ser aplicadas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar caso de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 13ª

Penalidades

Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- a) Em caso de atraso na prestação dos serviços, o contraente público, notificará o co-contratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prestar os serviços em falta;
- b) O contraente público aplicará ao co-contratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual.

- c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao co-contratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Na determinação da gravidade do incumprimento ou dos danos colaterais, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

Secção V

Resolução do contrato

Cláusula 14ª

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:
 - a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de prestar os serviços (quando o atraso for superior a trinta dias úteis);
 - c) O aumento injustificado dos preços;
 - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa prestação de serviços;
 - e) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.

4. Para efeitos do disposto no número 1, considera-se que existe incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo cocontratante.

Cláusula 15ª

Resolução por iniciativa do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Parte II

CLÁUSULAS ESPECIAIS

SECÇÃO I

Cláusulas técnicas

Cláusula 16ª

Descrição dos serviços

No âmbito do presente procedimento, incumbe ao cocontratante prestar os serviços a seguir descritos:

- a. Plano Prévio de Intervenção para os Incêndios Rurais;
- b. Plano Prévio de Intervenção para o Parque de combustíveis do Aeroporto
- c. Elaboração de documentos modelos para emissão de parecer;
- d. Operacionalização do PMEPC;
- e. Preparação exercícios e reuniões ao abrigo do PMEPC;
- f. Estudos geográficos associados, análise de riscos e vulnerabilidades;
- g. Estudo e tratamento de dados para as ações a desenvolver;

Cláusula 17ª

Controlo e Fiscalização

1. O contraente público reserva-se o direito de verificar o cumprimento das condições fixadas no contrato.
2. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir se todos os serviços requisitados foram executados e em que condições.
3. Se, no decurso da execução do contrato se verificar que os serviços prestados não se mostram conformes com o adjudicado, o contraente público independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios legais, contactará o cocontratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize a situação.
4. O cocontratante faculta o acompanhamento dos serviços contratados a quem for para o efeito designado pelo contraente público.
5. O cocontratante fica obrigado a fornecer todo o tipo de dados referentes à prestação dos serviços objeto do presente concurso, sempre que sejam solicitados pelo contraente público.

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Secção I

Disposições finais

Cláusula 18ª

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras

e normas do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e da Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei nº. 58/2019 de 8 de agosto, doravante designada por LPDP).

3. O cocontratante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do contrato, sem que por este para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito.
4. No caso em que o cocontratante seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a prestação dos serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O cocontratante obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o cocontratante celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O cocontratante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público única e exclusivamente para efeitos do fornecimento objeto do contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais;
 - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com tratamento de dados pessoais em que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou no disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao contraente público, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o cocontratante e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Cláusula 19ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 21ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.